



CONSULTA 0004268-78.2010.2.00.0000

Requerente: Tony Robson Faria de Moraes

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

ACÓRDÃO

EMENTA: CONSULTA. CONCURSO. CARREIRA JURÍDICA. PROVAS DE TÍTULOS. BACHARELADO EM DIREITO. ATIVIDADE JURÍDICA. ESTRUTURA FUNCIONAL ESCALONADA EM CARREIRA. DESNECESSIDADE. ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO. INADEQUAÇÃO.

1. Para efeito de pontuação em prova de títulos em concurso público, promovido pelo Poder Judiciário, deve ser considerado como aprovação para cargo da *carreira jurídica* todo e qualquer concurso público para provimento de cargo ou emprego público que exija como requisito de escolaridade a conclusão do curso de bacharelado em direito, cujas funções envolvam a aplicação de conhecimento jurídico, de maneira que não é a estruturação funcional em carreira, ou em cargos ou empregos públicos isolados que caracteriza ou descaracteriza as chamadas *carreiras jurídicas*.

2. A aprovação em concurso público para cargo público ou emprego público isolado pode ser considerada como *carreira jurídica* para fins de pontuação na prova de títulos, porquanto prepondera aqui o requisito da escolaridade de bacharelado em direito e o desempenho de atividade jurídica pelo seu titular, sendo irrelevante a circunstância de estar, ou não, o referido cargo inserido numa estrutura funcional escalonada em classes às quais se acessa por promoção.

3. A aprovação em concurso público para o exercício de um cargo público isolado ou emprego público de advogado/procurador deve ser considerada como título na medida em que a atuação como advogado ou procurador de órgãos públicos, autarquias ou empresas estatais pressupõe o bacharelado em direito e a aplicação de conhecimentos jurídicos, não importando, para que sejam considerados como *carreira jurídica*, a estrutura funcional do cargo ocupado.

4. Nos termos do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal ao referendar Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.178/GO, a atividade notarial e de registro não pode ser definida “como “*carreira jurídica*”, já que, excepcionalmente aberta a não bacharéis em direito que cumpram o requisito de exercício prévio de serviço na atividade, nos termos do art. 15, §2º, da Lei n.º 8.935/94, não é privativa de bacharel em direito.”

5. Consulta a que se responde negativamente quanto à primeira e última questões e afirmativamente quanto às segunda e terceira perguntas.

1. Relatório

Trata-se de Consulta, proposta por Tony Robson Faria de Moraes, por meio do qual pretende a unificação do conceito para enumeração das carreiras jurídicas no ordenamento jurídico brasileiro, a fim de se evitar discussões jurídicas. Para tanto, faz a seguinte consulta:

1. O instituto da carreira é requisito para determinado cargo ser considerado Carreira Jurídica?
2. Cargo Isolado e Emprego Público, aos quais não se aplicam o instituto da carreira, podem ser considerados Carreira Jurídica?
3. Cargo Isolado e Emprego Público denominado Advogado/Procurador é Carreira Jurídica?
4. A Titularidade de delegação em atividade notarial e de registro é considerada Carreira Jurídica?

O requerente afirma que nenhuma norma conceitua o termo “carreira jurídica”, nem enumera quais seriam as carreiras jurídicas existentes no ordenamento jurídico, acarretando diferentes interpretações dos Tribunais de Justiça na aplicação das Leis.

Pontuou que a referida consulta tem o objetivo de uniformizar o conceito de carreira jurídica, evitando-se questionamentos administrativos e judiciais diversos.

O requerente citou o inciso XIII do artigo 4º do Regimento Interno do Conselho nacional de Justiça, a Lei n.º 12.919, de 1998, do Estado de Minas Gerais e a Lei n.º 11.183, de 1998, do Estado do Paraná como exemplos de normas que trazem a expressão carreira jurídica, e da mesma forma, não delimitam o seu conteúdo.

Aduziu que a falta de conceituação e enumeração unificada, causa transtornos aos administrados que vêem certos cargos serem vistos como carreiras jurídicas e outros não.

Enfatizou que há entendimentos no sentido de que carreira jurídica seria aquela exercida apenas por bacharéis do curso de direito, e outros que indicam que basta o exercício de atividade jurídica, ou seja, que sejam utilizados conhecimentos jurídicos.

O requerente afirmou que o termo *carreira* só pode ser usado para designar cargos públicos, ou seja, aqueles providos por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, citando o Decreto Lei nº 1.713, de 1939, artigo 6º, a Lei nº 1.711 e seu artigo 7º, e ainda o artigo 39 da Constituição Federal.

Argumentou haver no Brasil muitos cargos públicos denominados Advogado/Procurador, bem como outros privativos de bacharel em direito, que se apresentam como cargos isolados, sem classes, sem carreiras, sem evolução funcional, sendo que alguns os classificam como carreiras jurídicas, desconsiderando assim a essência do instituto da carreira.

Informou a existência de cargos com a mesma denominação, mas que não são cargos públicos e sim empregos públicos, tendo recebido a atribuição de carreira jurídica.

Citou julgado do Supremo Tribunal Federal, afirmando haver a necessidade de se verificar primeiro se o cargo público possui agrupamento de classe e não seja somente cargo isolado ou emprego público para se enquadrar no termo *carreira jurídica*.

Acostou a sua inicial cópia da proposta de Emenda Constitucional que alterou o artigo 132 da CF/88, cópia do inteiro teor do acórdão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4178, proferida pelo Ministro Cezar Peluso, e cópia de seus documentos pessoais (DOC2, 3 e 4).

O requerente voltou a peticionar nos autos solicitando que fossem enumeradas as carreiras jurídicas, conforme previsto na Constituição.

2. Carreira Jurídica. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Cargo de matiz constitucional. Atividade notarial e de registro. Inadequação.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a presente Consulta não tem em vista a elucidação do sentido do termo *atividade jurídica*, constante do inciso I do artigo 93 da Constituição e que se constitui, aliada ao seu exercício pelo período de três anos, em requisito para o ingresso na carreira da magistratura.

Na verdade, embora não esteja explicitamente formulada neste sentido, a dúvida a ser dirimida diz respeito à expressão *carreira jurídica*, para fins de definição de quais concursos públicos podem ter a aprovação considerada como título em outros concursos promovidos pelo Poder Judiciário.

Dito isso, é de destacar-se que o que o consulente denomina *instituto da carreira* não é mais um conceito legal. Aliás, o conceito de carreira não mais se faz presente no chamado Estatuto do Servidor, desde que a Lei n.º 1.711, de 1952, por ele invocada na inicial, foi expressamente revogada pela Lei n.º 8.112, de 1990.

No vigente Estatuto do Servidor, o legislador reconhece a distinção entre cargos de carreira e cargos isolados, mas faz evidente opção por delegar a definição por uma ou outra possibilidade para a legislação específica aplicável a cada carreira ou órgão.

Assim como deve ser, o conceito de carreira e a sua distinção em relação aos chamados cargos isolados não mais decorrem da lei, mas do trabalho da doutrina especializada.

O sempre moderno membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Lucas Rocha Furtado ensina que *caracterizam-se as carreiras pela existência de um cargo inicial, provido por meio de nomeação, e de cargos mais elevados, preenchidos por meio de promoção*^[1].

Por sua vez, José dos Santos Carvalho Filho registra que:

Carreira é o conjunto de classes funcionais em que seus integrantes vão percorrendo os diversos patamares de que se constitui a progressão funcional. As classes são compostas de cargos que tenham as mesmas atribuições. Os cargos que compõem as classes são cargos de carreira, diversos dos cargos isolados que, embora integrando o quadro, não ensejam o percurso progressivo do servidor. ^[2]

Vê-se, portanto, que por tratar-se de um conceito doutrinário, a idéia de que toda e qualquer referência legal à expressão *carreira jurídica* traz consigo, necessariamente, a existência de uma estrutura funcional organizada em classes é, no mínimo, precipitada.

Há referências à expressão *carreira jurídica* na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em diversas decisões que tratam da isonomia entre ocupantes das assim denominadas *carreiras jurídicas*, sendo a maioria delas a respeito da autoaplicabilidade do antigo artigo 241 da Constituição de 1988, modificado pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, e que, na sua versão original previa que:

Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição. (Texto revogado pela EC n.º 19/1998)

Nas referidas decisões (e.g. AR 1.598, Rel. Min. Eros Grau, DJ. 15.05.2009; AI 387.673 AgR-ED, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 20.05.2005; RE 226.874 AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 23.04.2004; RE 199.791, Rel. Min. Maurício Corrêa, 2ª Turma, DJ 26.04.2002; AI 180.652 AgR, Rel. Min. Marco Aurélio, 2ª Turma, DJ 16.05.1997), o Supremo Tribunal Federal compara cargos públicos como os de delegado de polícia, procuradores dos Estados e defensores públicos, qualificando-os todos como *carreiras jurídicas*.

As decisões tomam como ponto de partida o precedente oriundo da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 171, julgada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no longínquo ano de 1993, na qual o Supremo Tribunal Federal ensaiou definir quais seriam as *carreiras jurídicas* no ordenamento jurídico brasileiro.

O julgado restou assim ementado:

ISONOMIA DE VENCIMENTOS DAS "CARREIRAS JURIDICAS" (CF, ARTS. 135, 241, 37, XIII E 39, PAR. 1º) INTELIGENCIA E ALCANCE.

1. Recusa do entendimento de que o sentido do art. 135 cf, não seria o de vincular reciprocamente a remuneração das diferentes carreiras a que alude, mas apenas o de explicitar que a cada uma delas se aplica o art. 39, par. 1º, sendo certo que os princípios e regras constitucionais gerais atinentes aos servidores públicos, incluído o da isonomia do art. 39, par. 1º, se aplicam, salvo disposição em contrário, as carreiras especiais previstas na própria constituição, a interpretação proposta, além de reduzir a nada o

sentido do art. 135, contraria a significação inequívoca que lhe advém da conjugação com o art. 241 da lei fundamental.

2. Para não subtrair-lhes o efeito útil, o significado a emprestar aos arts. 135 e 241, CF, há de ser o de que, para os fins do art. 39, par. 1., as carreiras a que se referem se consideram assemelhadas por força da constituição, independentemente da similitude real ou não das atribuições dos cargos que as compõem ou de suas características fundamentais.

3. Dessa assimilação ficta, imposta pela constituição, a constituição mesma, entretanto, impõe que, mediante redução sistemática do alcance aparente do art. 135, se exclua do seu campo normativo a carreira do Ministério Público: além de seu inconfundível perfil constitucional, a iniciativa reservada ao próprio Ministério Público para a propositura da fixação dos vencimentos dos seus membros e incompatível com a pretendida regra de compulsória equiparação deles aos de servidores cuja remuneração é fixada em lei de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

4. Constitucionalidade do art. 273 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no que assegura a isonomia de vencimentos entre as carreiras de procurador do estado e da fazenda estadual, de defensor público e de delegado de polícia, reduzida a declaração de inconstitucionalidade a alusão, na mesma regra, a do Ministério Público.

Não cabe aqui tecer comentários mais extensos acerca da existência, ou não, de isonomia direta entre as chamadas *carreiras jurídicas*, mas tão somente considerar que o Supremo Tribunal Federal considerou, para os estritos limites da equiparação remuneratória, que *carreiras jurídicas* são aquelas carreiras especiais previstas e regulamentadas no próprio texto constitucional.

Em outro julgado, o Supremo Tribunal Federal esclareceu, para fins da isonomia remuneratória prevista no texto constitucional, aquelas categorias que podem ser consideradas como integrantes de *carreiras jurídicas* :

EMENTA: CONSTITUCIONAL. CARREIRAS JURÍDICAS: ISONOMIA (C.F., arts. 93, 127 e 135). MINISTÉRIO PÚBLICO, PROCURADORES DO ESTADO e DEFENSORES PÚBLICOS. Constituição do Estado da Paraíba, art. 136, VII. Leis Complementares n°s 4 e 5, de 08.01.91, do Estado da Paraíba: inconstitucionalidade. I. - Inconstitucionalidade do inciso VII do art. 136 da Constituição paraibana e das Leis Complementares n°s 4 e 5, de 08.01.91, do mesmo Estado, dado que o primeiro, inc. VII do art. 136, da Constituição paraibana, *estabelece a vinculação de vencimentos das carreiras referidas nos artigos 93, 127 e seguintes, e 135, da Constituição Federal*, e as demais, Leis Complementares n°s 4 e 5, a vinculação de vencimentos entre as carreiras do Ministério Público e dos Defensores Públicos e Ministério Público e Procurador do Estado. II. - Precedente do STF: EADIn 171-MG, Relator Ministro Moreira Alves, Plenário, 14.09.94. III. - Ressalva do entendimento pessoal do relator deste. IV. - Embargos infringentes rejeitados. (ADI 465 EI/PB)

Embargos Infringentes na Ação Direta de Inconstitucionalidade

Relator(A): Min. Carlos Velloso

Julgamento: 01/06/1995)

Portanto, para os fins específicos do objeto dos julgados acima transcritos, o Supremo Tribunal Federal considera como *carreiras jurídicas* aquelas que encontram guarida no texto constitucional, mais especificamente nos artigos 93, referente à magistratura, 127 e seguintes, que cuidam do Ministério Público e 135, que aglutina os advogados e defensores públicos e, por equiparação, os delegados de polícia de carreira.

Note-se que não importa se todos esses cargos estão, de fato, organizados em carreira. Embora a Constituição assim determine de forma expressa, é sabido que há muitos Estados nos quais as carreiras de

procurador, defensor público e delegado de polícia ainda não estão estruturadas como deveriam, porém, nem por isso deixam de ser *carreiras jurídicas*.

Não obstante todas essas considerações, é preciso ter em vista que o contexto desta Consulta é outro, qual seja: entender quais cargos ou empregos públicos podem ser considerados como *carreira jurídica*, de modo que a aprovação em concursos públicos promovidos para seu provimento seja considerada como título em outros concursos promovidos pelo Poder Judiciário.

Enfrentada sob este ponto de vista, a questão que ora se põe mostra-se mais abrangente do que aquela definida pelo Supremo Tribunal Federal, adstrita à questão atinente à equiparação estipendiária, de modo que os precedentes até aqui analisados não são suficientes para dirimir a questão, embora sejam de inegável serventia como ponto de partida para a definição da matéria.

Ou seja, os cargos mencionados pelas decisões do Supremo Tribunal Federal são todos integrantes de *carreiras jurídicas*, mas nem todas as *carreiras jurídicas* estão expressamente definidas pelos referidos precedentes, até mesmo porque nenhum deles tinha a pretensão de fazê-lo.

Há situações que, muito embora não referidas de modo expreso pela Suprema Corte, nada mais são do que sua consequência lógica, senão vejamos. Se os advogados públicos ocupantes do cargo de procurador de Estado são integrantes de *carreiras jurídicas*, como reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, como entender que os ocupantes dos cargos de procurador de Município, providos mediante concurso público, também não o sejam?

Não há nenhuma razão jurídica para fazer tal *discrímen*. A situação dos procuradores municipais tornar-se-ia ainda mais desproporcional acaso se atrele, como parece pretender o consultante, a expressão *carreira jurídica* à necessidade de organização dos cargos em classes, pois os procuradores de Municípios menores, de estrutura administrativa mais modesta, seriam preteridos em benefício dos procuradores das grandes cidades e capitais, mesmo que ambos os cargos fossem providos mediante concursos públicos.

De modo semelhante, o que dizer daqueles advogados que, não obstante atuem como empregados de empresas públicas ou sociedades de economia mista, tiveram o acesso ao emprego de advogado/procurador precedido pela aprovação em concurso público?

Não parece restar dúvidas de que a aprovação em concursos desta natureza (e.g. advogado da Petrobrás, procurador da Caixa Econômica Federal) deve ser considerada como título para efeitos da pontuação num concurso para a magistratura, devendo ser considerados como *carreiras jurídicas*, independentemente da empresa estatal adotar ou não uma estrutura funcional escalonada para o cargo.

Assim, não é a estruturação em carreira, mas a exigência do bacharelado em Direito e a natureza jurídica da atividade desempenhada pelo seu titular que definem se determinado cargo ou emprego público pertence a uma *carreira jurídica*. Por esta mesma razão, não é apropriado, como quer o requerente, que se apresente uma lista exaustiva das *carreiras jurídicas*, pois essa definição, para os fins colimados nesta Consulta, deve surgir à luz de cada caso concreto.

Por estas razões, respondo negativamente à primeira indagação.

Por consequência, a resposta às questões dois e três deve ser afirmativa.

É dizer, a aprovação em concurso público para provimento de um cargo público ou emprego público isolado pode ser considerada como *carreira jurídica* para fins de pontuação na provas de títulos, porquanto prepondera, aqui, o requisito de escolaridade de bacharelado em direito e o desempenho de atividade jurídica pelo seu titular e não o fato de estar o referido cargo inserido numa estrutura funcional escalonada em classes às quais se acessa pro promoção.

Do mesmo modo, a aprovação em concurso público para o exercício de um cargo público isolado ou emprego público de advogado/procurador deve ser considerada como título, na medida em que, a atuação como advogado ou procurador de órgãos públicos, autarquias ou empresas estatais pressupõe o bacharelado em direito e a aplicação de conhecimentos jurídicos, não importando, para que sejam considerados como *carreira jurídica*, a estrutura funcional do ente público envolvido.

Quanto à quarta indagação, a resposta dimana de forma direta do julgado do Supremo Tribunal Federal no referendo a Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4178/GO. Por ocasião do julgado, a Corte Suprema definiu que:

EMENTAS: 1. INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Art. 16, incs. II, III, V, VIII, IX e X, da Lei nº 13.136/97, do Estado de Goiás. Concurso público. Ingresso e remoção nos serviços notarial e de registro. Edital. Pontuação. Critérios ordenados de valoração de títulos. Condições pessoais ligadas à atuação anterior na atividade. Preponderância. Inadmissibilidade. Discriminação desarrazoada. Ofensa aparente aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade administrativa. Liminar concedida. Medida referendada. Para fins de concessão de liminar em ação direta, aparentam inconstitucionalidade as normas de lei que, prevendo critérios de valoração de títulos em concurso de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registro, atribuam maior pontuação às condições pessoais ligadas à atuação anterior nessas atividades. 2. INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Art. 16, incs. II, III, V, VIII, IX e X, da Lei nº 13.136/97, do Estado de Goiás. Concurso público. Remoção nos serviços notarial e de registro. Edital. Pontuação. Critérios ordenados de valoração de títulos. Condições pessoais ligadas à atuação anterior na atividade. Marco inicial. Data de ingresso no serviço. Interpretação conforme à Constituição. Liminar concedida para esse efeito. Medida referendada. Para fins de concessão de liminar em ação direta, devem ter por marco inicial a data de ingresso no serviço, em interpretação conforme à Constituição, as condições pessoais ligadas à atuação anterior na atividade, objeto de lei que estabelece critérios de valoração de títulos em concurso de remoção nos serviços notariais e de registro. 3. INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Art. 16, inc. V, da Lei nº 13.136/97, do Estado de Goiás. Concurso público. Serviços notarial e de registro. Edital. Pontuação. Critérios ordenados de valoração de títulos. *Aprovação anterior em concurso de ingresso num daqueles serviços. Título admissível. Impossibilidade, porém, de sobrevalorização e equiparação ao de aprovação em concurso para cargo de carreira jurídica. Limitação ditada por interpretação conforme à Constituição. Liminar referendada com tal ressalva. Para fins de concessão de liminar em ação direta, norma que preveja, como título em concurso para ingresso no serviço de notas ou de registro, aprovação anterior em concurso para os mesmos fins, deve ser interpretada sob a limitação de que esse título não tenha valor superior nem igual ao de aprovação em concurso para cargo de carreira jurídica.*

Neste julgamento, o Voto condutor, da lavra do presidente Ministro Cezar Peluso é categórico ao afirmar:

É mister lembrar, porém, que a delegação do exercício do serviço notarial e de registro não configura, como também já decidiu a Corte, preenchimento de cargo público, próprio da estrutura de autêntica “careira” (cf. ADI n.º 2602, Rel.p/ac. Min. EROS GRAU, j. 24.11.2005). E, *a fortiori*, tampouco me parece possa definir-se como “carreira jurídica”, já que, excepcionalmente aberta a não bacharéis em direito que cumpram o requisito de exercício prévio de serviço na atividade, nos termos do art. 15, §2º, da Lei n.º 8.935/94, não é privativa de bacharel em direito.

Assim, nos estritos termos do Voto acima transcrito, respondo negativamente à última das indagações.

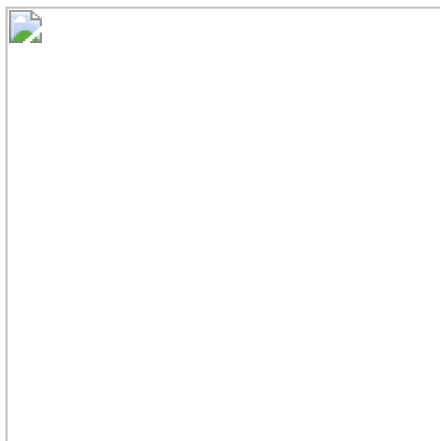
3. Conclusão

Ante o exposto, conheço da presente Consulta para responder negativamente à primeira e última questões e positivamente às segunda e terceira perguntas, nos termos a seguir:

Intimem-se. Arquive-se.

[1] FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Direito Administrativo*, 2007, pág. 962.

[2] FILHO, José dos Santos Carvalho. *Manual de Direito Administrativo*, 2009, pág. 580.



WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente em 10 de Agosto de 2010 às 17:16:18

O Original deste Documento pode ser Acessado em: <https://www.cnj.jus.br/ecnj>

- 1. Para efeito de pontuação em prova de títulos em concurso público, promovido pelo Poder Judiciário, deve ser considerado como aprovação para cargo da *carreira jurídica* todo e qualquer concurso público para provimento de cargo ou emprego público que exija como requisito de escolaridade a conclusão do curso de bacharelado em Direito e cujas funções envolvam a aplicação de conhecimento jurídico, de maneira que não é a estruturação funcional em carreira, ou em cargos ou empregos públicos isolados, que caracteriza ou descaracteriza as chamadas *carreiras jurídicas*.**
- 2. A aprovação em concurso público para cargo público ou emprego público isolado pode ser considerada como *carreira jurídica* para fins de pontuação na prova de títulos, porquanto prepondera aqui o requisito da escolaridade de bacharelado em Direito e o desempenho de atividade jurídica pelo seu titular, sendo irrelevante a circunstância de estar, ou não, o referido cargo inserido numa estrutura funcional escalonada em classes às quais se acessa por promoção.**
- 3. A aprovação em concurso público para o exercício de um cargo público isolado ou emprego público de advogado/procurador deve ser considerada como título na medida em que, a atuação como advogado ou procurador de órgãos públicos, autarquias ou empresas estatais pressupõe o bacharelado em direito e a aplicação de conhecimentos jurídicos, não importando, para que sejam considerados como *carreira jurídica*, a estrutura funcional do cargo ocupado.**
- 4. Nos termos do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal ao referendar Media Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4.178/GO, a atividade notarial e de registro não pode ser definida “como “*carreira jurídica*”, já que, excepcionalmente aberta a não bacharéis em direito que cumpram o requisito de exercício prévio de serviço na atividade, nos termos do art. 15, §2º, da Lei n.º 8.935/94, não é privativa de bacharel em direito.”**



Assinado eletronicamente por: Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 1018911



10091518304700000000001018203